




PSDB quer Comissão Mista para discutir usinas nucleares no Brasil

O líder do PSDB na Câmara, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, propôs nesta terça-feira (15) ao presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney (PMDB-AP), a criação de uma Comissão Mista Especial para acompanhar e fiscalizar a construção de novas usinas nucleares para geração de energia elétrica. As unidades já estão previstas no Plano Decenal de Energia, em estágio avançado de discussão no âmbito do governo. O líder do PV, deputado Sarney Filho (MA), também assina o documento.

A proposição tem por base o parágrafo 6º do artigo 225 da Constituição, que estabelece a obrigatoriedade da definição do local de instalação das usinas em lei federal. Nogueira ressaltou a importância do tema da energia nuclear e dos riscos que a fonte energética pode oferecer para a presente e as futuras gerações.

“Diante dos problemas enfrentados no Japão, o mundo começou a rediscutir a localização das usinas nucleares pelo risco que elas podem representar. E essa discussão também precisa ser feita no Brasil. No futuro certamente o mundo todo não vai poder abrir mão de

usar a tecnologia nuclear”, disse o líder do PSDB. Segundo o deputado, é preciso aperfeiçoar e garantir segurança para as usinas de Angra I e II e para os projetos futuros. “Queremos discutir qual é o projeto de expansão e de implantação das novas usinas e onde elas estarão. Além disso, precisamos saber como funciona o sistema de alerta e prevenção se porventura ocorrer um vazamento de uma hora para a outra nas usinas que estão funcionando. E qual é o plano de contingência? Houve o vazamento, o alerta foi dado, como é que se retira as pessoas da área das usinas?”, declarou o líder tucano.

Em carta de conjuntura divulgada ontem, o Instituto Teotônio Vilela (ITV) cobra do governo brasileiro um debate mais aprofundado sobre plano de expansão da energia nuclear. “Com a tragédia que se abate sobre o Japão, o mundo todo está discutindo a conveniência da energia nuclear. No Brasil, que no governo Lula anunciou um mirabolante plano para a construção de 50 usinas nucleares, este debate mostra-se ainda mais imperativo”, alerta o ITV. 

@ ITV cobra do governo brasileiro debate mais aprofundado sobre plano de expansão da energia nuclear

Ministro não convence senadores ao tentar justificar problemas na educação

O ministro da Educação, Fernando Haddad, foi questionado nesta terça-feira (15) por senadores do PSDB a respeito dos problemas no setor educacional do país. Em sessão realizada na Comissão de Educação, **Alvaro Dias (PR)**, **Marisa Serrano (MS)** e **Paulo Bauer (SC)** fizeram indagações sobre as distorções do programa ProUni, a crise nas universidades brasileiras e questões referentes ao Plano Nacional de Educação (PNE). Para os tucanos, o ministro não respondeu de forma convincente os questionamentos levantados durante a reunião.


Alvaro lembrou, por exemplo, a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União no Programa Universidade para Todos (ProUni) que revelou a existência de uma série de falhas no programa, com prejuízos aos cofres públicos. O senador questionou o ministro da Educação sobre a resposta dada pela pasta às recomendações feitas pelo tribunal para correção dessas irregularidades.

“A auditoria realizada pelos técnicos do TCU no ProUni revelou que existem muitas vagas ociosas no

programa, e que o valor pago pelo governo às instituições de ensino é superior às próprias mensalidades. O TCU inclusive recomendou a devolução dos R\$ 104 milhões pagos pelas vagas ociosas nas instituições, já que ficou constatado que o governo paga mais do que o necessário pelas bolsas do programa”, disse o líder do PSDB na Casa.

Para Marisa Serrano, o ministro Fernando Haddad é “ufanista demais com resultados ruins da educação brasileira”. “Nossos alunos estão saindo da escola sem saber compreender um texto ou realizar uma simples operação matemática.

Como podemos dizer que a qualidade da educação melhorou?”, questionou a tucana.

Por sua vez, Paulo Bauer entregou ao ministro requerimento de informação sobre a definição das 20 metas da nova versão do Plano Nacional de Educação (PNE). “É preciso termos conhecimento do diagnóstico do Plano Educacional anterior. As informações que requeremos são fundamentais, já que os senadores não participaram da conferência do plano nacional e estadual de educação”, disse o senador. 


4

das 14 universidades alardeadas pelo governo petista são realmente novas

Tucanos desconfiam da capacidade do governo para construir creches prometidas por Dilma

Os deputados **Vanderlei Macris (SP)** e **Raimundo Gomes de Matos (CE)** criticaram nesta terça-feira (15) o Ministério da Educação (MEC) por liberar mais verbas para um programa que praticamente não saiu do papel. O ministério anunciou em sua página da internet novos convênios e liberação de dinheiro para o Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). Segundo o blog do Josias, do jornal "Folha de S.Paulo", a ação federal firmou 2,3 mil convênios com prefeituras, mas só conseguiu construir 312 creches nos últimos quatro anos da gestão petista. Apesar disso, a presidente Dilma prometeu durante a campanha de 2010 construir mais 6 mil creches até 2014.

Na avaliação de Macris, essa é uma demonstração clara da incapacidade gerencial do PT que vem desde a época do governo Lula. "Fazem muita festa, anunciam grandes investimentos, mas no final, a conclusão é que a gestão foi pífia e que não foi realizado aquilo anunciado. É mais uma ação do governo que tem mais publicidade do que gestão", afirmou.


Para Gomes de Matos, o projeto está parado porque os convênios foram feitos sem critérios de avaliação técnica. Segundo o deputado, parte desses acordos foram apadrinhados politicamente sem haver uma pré-seleção dos municípios. "O Tribunal de Contas da União (TCU) precisa fiscalizar para saber onde estão sendo utilizados esses recursos, pois iniciam as obras e não concluem. Em outros casos, o dinheiro é transferido, mas os municípios não executam a obra. A presidente Dilma precisa fazer uma revisão e não ficar liberando sem ter um critério mais preciso", avaliou. @ 

Deputados reprovam contratação de derrotados nas urnas para cargos públicos no governo federal

A ocupação de cargos no segundo e terceiro escalões do governo federal por aliados do Planalto derrotados nas urnas em 2010 foi criticada nesta terça-feira (15) pelos deputados **Reinaldo Azambuja (MS)** e **Romero Rodrigues (PB)**. Os tucanos veem as nomeações da presidente como um sinônimo do aparelhamento do Estado promovido pelo PT e da incompetência do setor público gerada por essa situação desde o primeiro mandato do ex-presidente Lula.

Depois de ter nomeado os ex-senadores Aloizio Mercadante e Ideli Salvati e o ex-prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel para comandar três ministérios, Dilma iniciou uma série de contratações de outros candidatos vencidos para postos de menor notoriedade, como mostra reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo".

De acordo com o jornal paulista, a presidente assinou na última segunda-feira (14) a nomeação do ex-deputado catarinense Cláudio Vignatti para o cargo de secretário-executivo da Secretaria de Relações Institucionais. Também derrotados nas urnas, os ex-deputados José Genoino (SP) e Carlos Abicalil (MT) já estão trabalhando em ministérios. "É um erro do governo essa metodologia de preencher os espaços públicos com essas pessoas. Tem que se dar oportunidade para quem tem real competência para gerir cada setor", alertou Azambuja.

O processo natural de contratação de funcionários para o setor público tem sido desprezado pelo governo do PT, como lembrou Romero Rodrigues. "Estão admitindo pessoas que não passaram por um crivo de competência, com o único intuito de contemplar aliados", condenou o tucano. @ 

Leia também em nosso blog:

- Otavio Leite é indicado para atuar como 1º vice-líder do PSDB na Câmara
- Lúcia Vânia assumirá presidência da Comissão de Infraestrutura do Senado
- William Dib será o 2º vice-presidente da Comissão da Reforma Política
- Marisa Serrano comandará subcomissão da Água
- Tripoli fará parte da Câmara de Negociação do Código Florestal
- Defesa do meio ambiente: Cícero Lucena estará no comando da Globe Brasil
- Azambuja pedirá ao Ministro da Agricultura vistoria em cooperativas afetadas pelas chuvas no MS
- Brandão receberá Marcha dos novos municípios do Maranhão
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores manifesta consternação com tragédia no Japão
- Artigo: "Consumo vetado", por Mara Gabrielli
- Direto do Twitter, com os deputados Carlos Alberto Leréia (GO), Eduardo Barbosa (MG), Fernando Francischini (PR), Vanderlei Macris (SP) e Vaz de Lima (SP) e o senador Alvaro Dias (PR)
- Direto do Plenário, com o deputado Raimundo Gomes de Matos (CE) e senadora Marisa Serrano (MS)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação / Editor: Marcos Côrtes ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>